

**O DESAFIO DO PÓS-NEOLIBERALISMO AO CONSENSO DE WASHINGTON
DURANTE A ONDA ROSA DA AMÉRICA LATINA**

Alexsander Dugno Chiodi (PPG em Ciência Política – UFRGS)
alexdochiodi@gmail.com

Augusto Neftali Corte de Oliveira (PPG em Ciências Sociais – PUCRS)
augusto.oliveira@pucrs.br / ancolive@gmail.com

XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP)
GT8. Partidos y Sistemas de Partidos

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio
2022

O DESAFIO DO PÓS-NEOLIBERALISMO AO CONSENSO DE WASHINGTON DURANTE A ONDA ROSA DA AMÉRICA LATINA

Alexsander Dugno Chiodi

(PPG de Ciência Política – UFRGS)

Augusto Neftali Corte de Oliveira

(PPG em Ciências Sociais – PUCRS)

A Onda Rosa compreende os governos presidenciais de políticos considerados de esquerda ou progressistas em diferentes países da América-latina entre os anos de 1999 e 2015. O movimento é compreendido no contexto de reação política às reformas neoliberais adotadas no continente no período anterior. Estas reformas podem ser associadas à adoção da proposta de gestão socioeconômica do Consenso de Washington. Sabe-se que as propostas dos governos de esquerda ou progressistas do pós-neoliberalismo não possuem o mesmo grau de homogeneidade e coesão ideológica das reformas neoliberais. Esta pesquisa investiga o pós-neoliberalismo na política eleitoral latino-americana durante a Onda Rosa, mostrando sua presença nas plataformas presidenciais lançadas entre 1999 e 2015. A hipótese é a de que pode ser encontrado um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos durante a Onda Rosa. Com este objetivo, desenvolve uma estratégia de análise de conteúdo baseada em medidas antagônicas às regras do Consenso de Washington. Foram analisados 94 programas de governo, de 47 eleições presidenciais ocorridas em 15 países da América Latina. A pesquisa revela que o pós-neoliberalismo possui uma dimensão programática negativa, de rejeição às medidas associadas ao Consenso de Washington. Mais do que isso, o pós-neoliberalismo também possui uma dimensão programática positiva que se manifesta na difusão de conceitos de gestão socioeconômica relacionados ao neo-desenvolvimentismo, ao *buen vivir* e ao socialismo do século XXI. O pós-neoliberalismo apresenta uma diversidade que expressa a pluralidade de experiências nacionais dos países da América Latina em oposição às reformas neoliberais. Enquanto movimento continental, compreendendo as diferentes experiências nacionais, o pós-neoliberalismo pode ser entendido como a difusão de um conjunto coerente de propostas que antagonizam o Consenso de Washington.

Ideologia, Eleições presidenciais, Programas de governo, Partidos políticos

1. Introdução

A primeira década e meia do século XXI no continente latino-americano foi marcado pela ascensão simultânea à presidência por políticos considerados de esquerda ou progressistas em diferentes países, num fenômeno chamado de “onda rosa”, inspirado no evento homônimo ocorrido na Europa na segunda metade dos anos 1990. Esse movimento é compreendido no contexto de reação política às reformas neoliberais que se tornaram centrais na política continental a revelia da aprovação inicial das urnas, pela chegada de candidatos críticos as presidências nacionais que divergiam, senão antagonizavam, com às políticas neoliberais homogêneas a década de 1990.

Um efeito marcante do período em que a “onda rosa” foi vigente pode ser entendido por sua característica ambígua de combinar o aumento da presença estatal por meio de

políticas públicas de redistribuição de renda, redução da miséria e desigualdades à inação nas tentativas de transformar estruturalmente a forma do capitalismo latino-americano. De toda forma, houve a ruptura com o paradigma adotado na década anterior, vinculado à adoção da proposta de gestão socioeconômica do Consenso de Washington, levando em consideração as diversas heterogeneidades envolvendo as estruturas e peculiaridades de cada um desses países do continente. Nesse sentido, pode-se supor que as propostas dos governos de esquerda ou progressistas desse “pós-neoliberalismo” não necessariamente possuem o mesmo grau de homogeneidade e coesão ideológica das reformas neoliberais.

Esta pesquisa investiga o pós-neoliberalismo na política eleitoral latino-americana durante a Onda Rosa, mostrando sua presença nas plataformas presidenciais lançadas entre 1999 e 2015. A hipótese é que pode ser encontrado um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos durante a Onda Rosa. Com este objetivo, desenvolve uma estratégia de análise de conteúdo baseada em medidas antagônicas às regras do Consenso de Washington. O corpo de pesquisa é composto pelos documentos programáticos (programas, planos, plataformas de governo) das candidaturas presidenciais lançadas entre 1999 e 2015. A partir de uma estratégia de análise de conteúdo, esquadrinha nos programas de governo a presença de noções que compõem o cerne do Consenso de Washington e do que é aqui chamado Pós-Neoliberalismo. A pesquisa envolve 15 países da América Latina, em um total de 47 eleições. Foram analisados 94 programas de governo eleitorais de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

O artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta uma revisão bibliográfica do pós-neoliberalismo na América Latina. A segunda seção introduz a estratégia de investigação desta pesquisa, a Ideologia econômica programática. A terceira seção utiliza os dados do BAP e busca averiguar se, a partir da análise dos programas de governo presidenciais, é possível observar um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos durante a Onda Rosa e antagônicas aos axiomas do Consenso de Washington, configurando assim um Pós-Neoliberalismo. Nas conclusões preliminares, discute-se os resultados preliminares aferidos pelos dados coletados.

2. Pós-Neoliberalismo na América Latina

Apesar do conceito remontar aos anos 1920, o neoliberalismo se consolidou no cenário ideológico da América Latina na forma de projeto explícito de ação e potência como

programa de Estado a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, muito vinculado ao Consenso de Washington. Na área acadêmica, a utilização explícita do termo é um fenômeno tão recente que 86% dos artigos das ciências sociais em língua inglesa que versam sobre “neo-liberalismo” foram publicados depois de 1998 (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012).

É difícil reconstruir com precisão a passagem do neoliberalismo para o discurso público, mas é robusta a literatura da área dedicada a explorar a manifestação do neoliberalismo como resposta – seja política ou técnica econômica – aos desafios da estaginflação no Ocidente visto a capacidade limitada das orientações heterodoxas no contexto do pós-guerra, favorecendo a da agenda neoliberal, compreendido como o projeto de realização máxima do capitalismo por promover a mercantilização da totalidade das esferas e formações sociais. De forma precipitada, esse arranjo foi apresentado como o fim da história, a fase final do capitalismo em que todo o desenvolvimento social, econômico, político e cultural seria balizado pela economia de mercado e a democracia liberal.

No campo progressista, a superação do capitalismo neoliberal só seria viável pela construção do socialismo. Com o colapso do sistema soviético, o rearranjo da organização vigente de um mundo bipolar para uma organização unipolar de hegemonia estadunidense, houve a desmoralização das propostas centradas no socialismo e nas diversas organizações que priorizavam as alternativas de coletividade e associativismo político, partidário ou estatal, assim como toda e qualquer iniciativa anticapitalista.

Apesar de consolidar-se como bloco homogêneo, o fim da guerra-fria não foi traduzido no fim dos conflitos globais por meio “Pax Americana” ou de uma onda global de progresso econômico. Na verdade, o que se percebeu foram décadas de guerras, conflitos militares, crises econômicas e a inabilidade das propostas econômicas, tais quais as desregulamentações em nome do crescimento econômico que resultaram na redução do controle das estatais, e a primazia do livre-comércio, em resolver demandas históricas (SADER, 2015). Essa inabilidade do neoliberalismo não fora contraposta a um conjunto de forças, ideias e propostas organizado e bem estabelecido capaz de rivalizar com sua estrutura, de forma que seu esgotamento não fora traduzido em um modelo capaz de substituí-lo (SADER, 2015).

Esse cenário descrito é válido para a América Latina. O ciclo desenvolvimentista fruto da reação à crise de 1929 que promoveu o fortalecimento dos Estados nacionais por seu papel nas industrializações e urbanizações, concomitantes ao surgimento e institucionalização das

organizações populares, partidos políticos e ideologias e culturas nacionais encontra um fim abrupto com a crise da dívida nos anos 1970-1980 e as simultâneas ditaduras militares na região. Para Sader (1998; 2015), O neoliberalismo chega ao continente (e torna-se o lugar do mundo com maior número de governos que o adotaram) por argumento da luta contra a inflação causada pelo tamanho desproporcional do Estado, vinculado aos outros vícios inerentes do continente.

Com ou sem a aprovação inicial das urnas, a ideologia neoliberal tornou-se central na política da América Latina. No Chile, por exemplo, foi implementado de forma precoce na ditadura de Pinochet por meio dos *chicago boys*, entre 1974 e 1990. Já em países democráticos, Stockes (2001) caracteriza o fenômeno da adoção dessa agenda por candidatos à presidência eleitos entre os anos de 1982 e 1995 com plataformas muito distintas, mas que, ao assumir o Executivo, viram ser insustentável a defesa de propostas direcionadas à eficiência econômica, sob o potencial custo da segurança social.

A ideologia neoliberal permaneceu soberana até ser desafiada, no início do século XXI pela ascensão de candidatos críticos às agendas implementadas na região até então, como a eleição de Chávez na Venezuela em 1998, Lula no Brasil em 2002, Kirchner na Argentina em 2003, Morales na Bolívia em 2005, Correa no Equador em 2006, Funes em El Salvador em 2009, Humala no Peru em 2011. O sucesso eleitoral dessas plataformas ao redor do continente latino-americano pode ser compreendido como a rejeição aos paradigmas das políticas neoliberais e de seus efeitos sociais e econômicos (LORA; OLIVEIRA, 2005; BAKER; GREENE 2011).

Desde então, o novo cenário político que emerge dessa reconfiguração procura ser explicado por uma miríade de framings em busca da existência das similitudes ou influências entre os casos das experiências de governos não aderentes aos pressupostos do neoliberalismo, como a atribuição da alcunha de *bolivarianos* para os governos de Venezuela, Bolívia e Equador, atrelada a influência de Hugo Chávez na região andina, ou à experiência dos mais relacionada as sociais-democracias experimentadas na Europa para as organizações político-partidárias do Cone Sul, com governos de presidentes que, considerando seus contextos nacionais, inserem-se no campo da esquerda, como Chile e Uruguai.

É do surgimento desse novo conjunto de governos latino-americanos, questionadores dos paradigmas centrais do neoliberalismo e que conquistaram os eleitorados de seus respectivos países que surge a indagação de se estaríamos mesmo adentrando um pós-

neoliberalismo, em que a via do socialismo não é mais apresentada, mas sim substituída pelas inovações de superação às ineficiências do neoliberalismo.

Peck, Theodore e Brenner (2012) apontam que o neoliberalismo aspirou uma formatação globalizante, capaz de ser implementada por qualquer estado em qualquer continente, independente de suas particularidades. De forma contraditória, porém, o desenvolvimento desse neoliberalismo se deu de forma desigual, e acentuou as desigualdades já existentes, em um processo de simbiose com às características específicas de cada Estado e região. Dessa forma, apesar de contar com um centro organizacional único e padronizado em termos materiais e explicativos, seu desenvolvimento ocorreu com uma miríade de características homogêneas. Essa contradição faz com que a crise do sistema, quando batesse à porta, seria menos parecida com uma “queda do Muro de Berlim”, ou seja, uma rápida sucessão de implosões, mas uma oportunidade para que uma gama igualmente heterogênea de soluções fosse implementada e levada a cabo por aqueles que aspirassem a sucedê-lo.

Essa mesma capacidade de simbiose com a adversidade faz com que as crises neoliberais possam servir como formas de reestruturação e rejuvenescimento do próprio sistema, de maneira com que a crise, ou a ingerência de seu aparato técnico ou político não levam, obrigatoriamente, ao questionamento e superação do sistema. A alternativa ao neoliberalismo e a consolidação de uma proposta que o supere deve contar, portanto, com a oposição desses axiomas centrais concomitante à rejeição dessa visão generalizante e reducionista da mercantilização da totalidade das esferas e formações sociais, oposição capaz de reconhecer as singularidades e multiplicidades da realidade social em que se está inserido, bem como dos outros atores sociais. Se a proposta neoliberal é a de conformação global, a real ruptura conta, obrigatoriamente, com a economia progressivamente variada (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012).

Se a América Latina foi palco do maior número de tentativas neoliberais – inclusive de suas formas mais agressivas, parece de certa forma correspondente que as alternativas de superação também germinem nesse continente. De toda forma, a construção dessa alternativa não é feita sem grandes desafios, uma vez que “As perspectivas de curto e médio prazo para essas formas de políticas alternativas certamente serão estruturadas (e em certa medida restringidas) pelos terrenos neoliberalizados em que devem ser perseguidas.” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012).

Sob essas circunstâncias, há o questionamento da real capacidade de ruptura com o neoliberalismo, percebido na manutenção da política econômica por um “neoliberalismo

durável” (OLIVEIRA, 2020), ou na percepção de que, na verdade, o pós-neoliberalismo serve para o neoliberalismo como as reformas cíclicas do capitalismo para estabilizar as suas reestruturações (STOLOWICZ, 2009), reunindo as críticas ao sistema a fim de corrigir suas fragilidades e mitigar seus efeitos negativos enquanto rejeita as alternativas revolucionárias, exibindo elaborações neoconservadoras, como as parcerias público-privadas, com o selo de progressista. Em resumo,

A “reforma” estabilizadora pós-neoliberal é feita apelando à oposição em uma tríade, o que permite que ela se apresente como o “terceiro progressista”. [...] O grave é que os argumentos e ações “anti-neoliberais” elaborados pelo neoconservadorismo podem ser confundidos com o discurso e com algumas das práticas historicamente associadas às aspirações emancipatórias, e avançaram na desnaturação de algumas de suas formas organizativas, seus conteúdos e objetivos. Não apenas os neutralizam, mas os transformam em engrenagens da hegemonia dos dominantes (STOLOWICZ, 2020, p. 209-210)

O neoliberalismo se consolidou no continente latino-americano do final da década de 1980 e início de 1990, notadamente embasado nas propostas do Consenso de Washington – na qualidade de manifesto programático do neoliberalismo. Nesse artigo, a intenção é investigar o pós-neoliberalismo na política eleitoral latino-americana durante a Onda Rosa, mostrando sua presença nas plataformas presidenciais lançadas entre 1999 e 2015 e buscando verificar se pode ser encontrado um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos. Para Sader (2015), as características em comum dos governos que podem ser enquadrados nessa categoria seriam: priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. Partindo desse cenário, a próxima seção busca introduzir a estratégia de investigação desta pesquisa, e caracterizar a ideologia econômica programática.

3. Ideologia econômica programática: estratégia da investigação

A estratégia de análise de conteúdo adotada na presente pesquisa é baseada na presença ou ausência de asserções programáticas do corpo do programa de governo analisado. Por asserção, compreende-se um fragmento de texto que expressamente disponha (a) um posicionamento positivo em relação ao conteúdo especificado e/ou (b) a intenção programática de que, após vencer as eleições, o presidente eleito atuará para que um posicionamento seja traduzido em política pública. O conteúdo a ser mensurado diz respeito à adesão às proposições típicas do neoliberalismo, a partir das diretrizes do Consenso de

Washington, e à adesão às propostas contrárias ao Consenso de Washington, aqui chamado “Pós-Neoliberalismo”.

As pesquisas que procuram avançar nessas questões enfrentam o desafio de interpretar qual a mensagem de determinado candidato em um dado momento eleitoral. A imagem do candidato ou partido sobre o eixo ideológico esquerda-direita, sobretudo quando focada nos programas econômicos em pauta na disputa política, é o principal critério de diferenciação entre as alternativas programáticas. O embate entre centralização e descentralização nas diferentes perspectivas sobre o convívio social e as novas preocupações ecológicas e pós-materiais são outras questões que costumam dividir o campo político, mas o problema da intervenção econômica do Estado responde politicamente à clivagem central do século XX, que se dá entre proprietários e trabalhadores (LIPSET; ROKKAN, 1992). Como propõe Downs (1999, p. 137), é possível reduzir “[...] todas as questões políticas à sua relevância quanto a uma questão crucial: quanta intervenção governamental na economia deveria haver?”.

Portanto, as posições programáticas quanto à economia costumam ser as mais importantes para as pesquisas interessadas em mensurar as diferenças entre os partidos ou o impacto de suas ideologias na política pública. Alguns autores partem da imagem historicamente construída pelos partidos para inferir qual seria sua ideologia econômica. Mesmo com limites institucionais e expectativas sobre a reação de outros atores, as pesquisas costumam inferir que partidos de esquerda, quando estão no governo, preocupam-se mais com o desemprego do que com o controle da inflação, sendo inverso o comportamento dos partidos de direita.

Um problema que se coloca frente a essas iniciativas é o fato de que os objetivos ideológicos dos partidos nem sempre são claros e certamente não são fixos. Eles mudam na medida em que as agremiações consolidam-se, buscam ampliar seu apelo eleitoral e responder a desafios políticos contextuais. Essa é uma tendência conhecida desde o trabalho seminal de Michels (1960), que ganhou uma importância renovada com as mudanças dos partidos da esquerda europeia a partir da década de 70 do último século. Os partidos que não conseguiram lidar com problemas como a inflação ou a recessão, independentemente de suas premissas originais, acabaram punidos pelo eleitorado. Isso afeta o comportamento ideológico das agremiações e conduz a ideias que se mostram eleitoralmente mais eficientes. Portanto, as mudanças ideológicas dos partidos políticos não contam apenas com a evidência empírica proveniente das trajetórias das democracias mais antigas, como se mostram um traço provável do comportamento de agremiações expostas à competição eleitoral.

Essa preocupação motivou o desenvolvimento de estratégias capazes de captar com maior grau de sutileza quais são as propostas que os candidatos e partidos articulam nas eleições. Uma maneira de conduzir esta investigação é por meio dos documentos eleitorais que os candidatos apresentam no período pré-eleitoral. Denominados de várias formas — programas de governo, planos de governo, plataformas eleitorais — os documentos eleitorais costumam apresentar os discursos programáticos dos candidatos, articulando as ideias e propostas que serviriam de base para sua atuação no cargo pretendido (e de pista para a decisão do eleitor). Este artigo apresenta uma abordagem dos documentos eleitorais dos candidatos à presidência da América Latina recente. Por meio de uma estratégia de análise de conteúdo, foram investigados cerca de 140 programas de governo de mais de 60 eleições presidenciais entre 1998 e 2014, em 16 países da América Latina. Esses dados formaram o Banco de Asserções Programáticas (BAP) .

Considerando o contexto do período de interesse, uma preocupação da construção do BAP é a necessidade de compreender o conjunto de juízos relativos às políticas de liberalização englobadas sob o título de Consenso de Washington, que possuiu especial importância na condução da política econômica na América Latina a partir da década de 1990 (RODRIG, 2006). Consideradas um “remédio amargo” (PRZEWORSKI, 1994) para os problemas econômicos e de instabilidade monetária, as políticas desse campo perpassam a disciplina fiscal, a liberdade comercial, a desregulamentação econômica e, nas políticas sociais, a transferência de serviços para a esfera privada.

Em contrapartida, buscou-se inserir um conjunto de variáveis capazes de compreender medidas dedicadas ao aumento das estruturas próprias dos estados, tanto na área de obtenção de recursos como no desenvolvimento de um aparato burocrático autônomo da sociedade e do mercado. Nesse sentido, incluem-se políticas que se propõem a: obter maiores recursos tributário; controlar (por meio de empresas estatais) ou regulamentar a atuação privada em determinados setores econômicos; prestar serviços públicos. Essas políticas são, em certa medida, antagônicas às propostas neoliberais e são operacionalizadas, para fins dessa pesquisa, como variáveis de um Pós-Neoliberalismo.

Excluídos os países que não se enquadravam no critério de democracias presidencialistas, ou para os quais não foi possível colecionar programas de governo representativo de ao menos três eleições presidenciais, foram incluídos no BAP os seguintes 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Foram analisados todos os programas de governo de presidentes eleitos nos referidos países entre 2002 e 2014 (com exceção da República Dominicana, cuja série se inicia em 2004).

Para operacionalizar o BAP e dar cabo dos objetivos apresentados na introdução, será utilizado o decálogo de Williamson¹ e a regra do controle da inflação para conformar as variáveis relacionadas ao Consenso de Washington e calcular um indicador global da adesão de cada programa de governo ao neoliberalismo, chamado “T.CW – Consenso de Washington”. Visto que o objetivo central não é verificar a presença ou ausência de asserções favoráveis ao CW, mas sim de identificar asserções programáticas de oposição aos seus axiomas, em seguida, o mesmo processo foi repetido com as variáveis diametralmente opostas àquelas conformadas no CW, delimitando assim o PN, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de Análise dos Programas de Governo

| Variáveis Consenso de Washington (CW) | Variáveis Pós-Neoliberalismo (PN) |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Disciplina Fiscal | 1. Rejeição de Superávit Primário |
| 2. Redução do Gasto Público | 2. Gasto Público Contracíclico |
| 3. Reforma Tributária | 3. Progressividade Tributária |
| 4. Autonomia do Banco Central | 4. Revisão dos Contratos da Dívida |
| 5. Câmbio de Mercado | 5. Intervenção Cambial |
| 6. Abertura Comercial | 6. Anti-Imperialismo |
| 7. Investimento Externo Direto | 7. Mercado Interno |
| 8. Privatização | 8. Nacionalização |
| 9. Desregulamentação | 9. Regulamentação |
| 10. Propriedade Privada | 10. Reforma Agrária |
| 11. Controle da Inflação | 11. Planejamento Econômico Central |

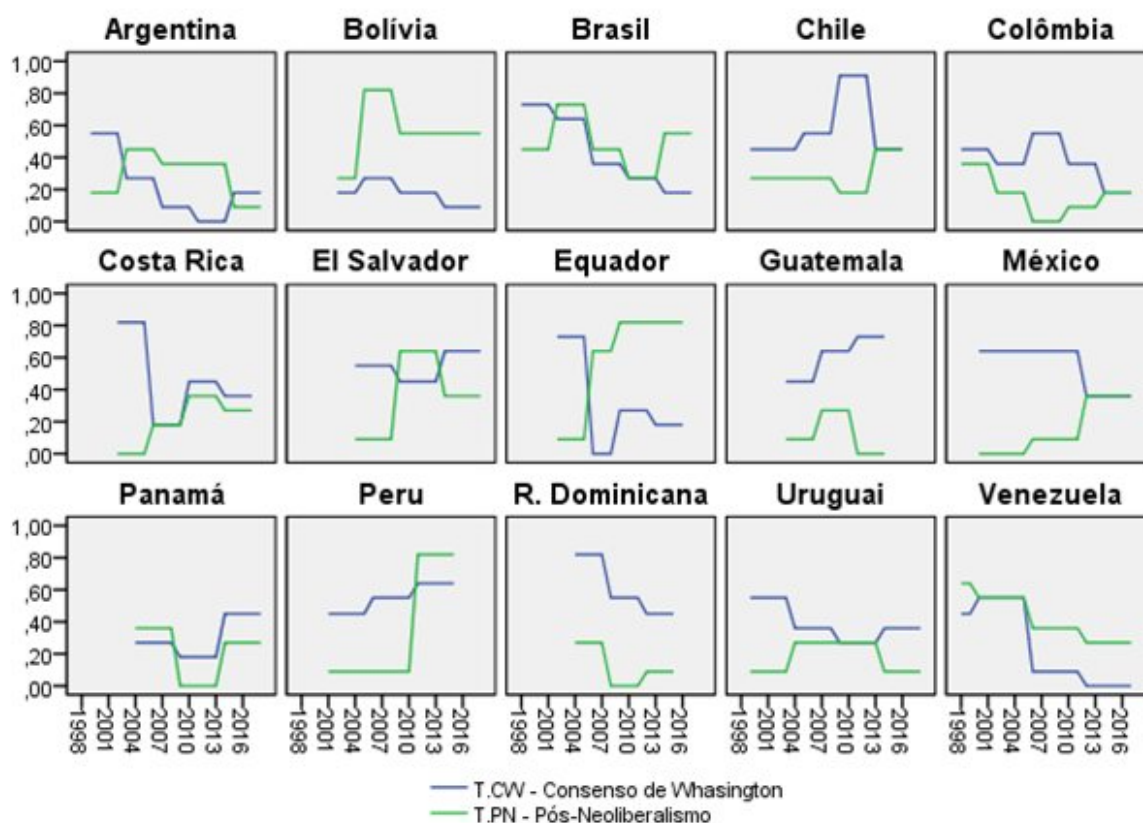
Elaboração própria.

¹ A operacionalização proposta segue aquela desenvolvida por Oliveira (2020), em que inicialmente, partiu-se de uma aproximação à noção original que Williamson emprestou às dez regras, depois foi retrabalhado cada regra de acordo com a literatura que trata da incorporação do CW na América Latina (reinterpretação). O terceiro passo foi selecionar no Banco de Asserções Programáticas (BAP) aquelas variáveis (asserções) que dialogam com o conteúdo da regra do CW em questão. Algumas regras do CW foram operacionalizadas a partir de duas ou mais asserções programáticas do BAP. Nesse caso, a presença de qualquer asserção dentre as listadas foi computada como adesão à regra do CW. Portanto, objetivamente, o que a investigação constata nos programas de governo é a presença ou a ausência dos conceitos operacionalizados descritos no Anexo.

4. O Consenso de Washington e o Pós-Neoliberalismo nas disputas presidenciais da Onda Rosa

Esta seção busca averiguar se, a partir da análise dos programas de governo presidenciais, é possível observar um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos durante a Onda Rosa e antagônicas aos axiomas do Consenso de Washington, configurando assim um Pós-Neoliberalismo. A Figura 1 demonstra a trajetória das taxas de CW (azul) e PN (verde) nos programas de governo vencedores nos 15 países latino-americanos selecionados, em uma escala de 0 a 1.

Figura 1 - Consenso de Washington e Pós-Neoliberalismo em 15 países da América Latina, 1998-2018.



Elaboração própria. Fonte: anexo.

A partir da análise pode-se inferir que, na primeira década do século XXI, os programas de governo dos presidentes eleitos na América Latina apresentam dinâmicas importantes nas duas variáveis selecionadas. Em relação ao nível de prevalência das asserções

relacionadas ao CW, houve queda expressiva em Argentina, Brasil e Equador e Venezuela, e regressão mais discreta em Costa Rica, México, República Dominicana, Bolívia, Colômbia e Uruguai. Apenas os governos eleitos em Chile, El Salvador, Guatemala, Panamá e Peru mantiveram ou aumentaram a adesão ao CW no período selecionado.

Em contrapartida, em relação ao incremento de asserções relacionadas com ao PN, Nota-se forte incremento em El Salvador e Peru – nestes, concomitante com o aumento nas taxas de CW – em Bolívia, Costa Rica e México. Nos governos eleitos dos demais partidos, nota-se outras dinâmicas relevantes: a substituição da primazia de valores de CW pelos valores de PN, como em Brasil, Equador e Peru – e Argentina, até a penúltima eleição analisada – ou a convergência das duas taxas para valores semelhantes, como em Chile, Colômbia e México.

Em uma análise mais cuidadosa voltada aos partidos políticos eleitos nos países que impulsionaram a Onda Rosa - Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela² (OLIVEIRA, 2020) – destaca-se que, na Argentina, a sequência de pleitos vencidas pela Frente para a Vitória (FPV) (2003-2011) apresentou uma trajetória de abandono do CW assim como o forte incremento inicial e manutenção de PN, dinâmica revertida com a vitória da Proposta Republicana (PRO), em 2015.

Na Bolívia, as três eleições vencidas pelo Movimento ao Socialismo (MAS) foram traduzidas na baixa e decrescente adesão ao CW, concomitante ao aumento vertiginoso ao PN e seguida por sua manutenção, mesmo após leve queda.

No Brasil, O comportamento do Partido dos Trabalhadores (PT) é mais sólido no processo de abandono do neoliberalismo após a eleição vitoriosa de 2002 do que em sua relação com a adesão de valores de PN. Embora tenha promovido a primazia das taxas de PN sobre CW, revertendo a dinâmica de seu antecessor, essa adesão acompanhou as quedas nos níveis de CW, até retornar no pleito de 2014.

Quanto ao Equador, a eleição de 2006 apresenta um deslocamento radical, com a rejeição completa às 11 regras do CW do eleito Movimento Pátria Altiva e Soberana (Pais). Embora nas reeleições subsequentes o PAIS tenha incluído alguns axiomas do CW em seus programas de governo, esse processo não significou a erosão dos valores de PN – que, pelo contrário, continuou a ser fortalecido.

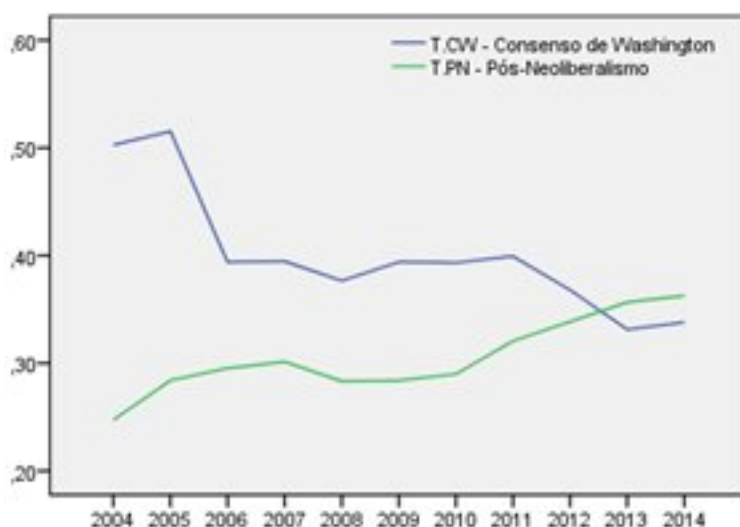
² “A Onda Rosa seria observada nas seguintes eleições: Argentina, 2003, 2007 e 2011; Bolívia, 2005, 2009 e 2014; Brasil, 2002, 2006, 2010 e 2014; Chile, 1999 e 2005; El Salvador, 2009 e 2014; Equador, 2006, 2009 e 2013; Uruguai, 2004, 2009 e 2014; e Venezuela, 2000, 2006 e 2012” (OLIVEIRA, 2020, p. 174).

O cenário no Uruguai é menos claro. a Frente Ampla (FA) conquistou a maioria dos votos em 2004, 2009 e 2014 e, apesar de ter reduzido o nível de CW de seu antecessor, não conseguiu consolidar o crescimento dos valores de PN.

Os cidadãos venezuelanos elegeram Hugo Chávez presidente da República por três vezes consecutivas pelo Movimento Quinta República (MVR) e pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que promoveram o abandono quase completo das regras do CW. Apesar de manter a primazia dos valores de PN em níveis consideravelmente superiores, percebe-se a redução contínua desses valores nos programas eleitos.

A figura 2 apresenta a dinâmica dos valores de CW e PN presentes nas asserções programáticas dos governos eleitos na América Latina entre os anos de 2004 e 2014.

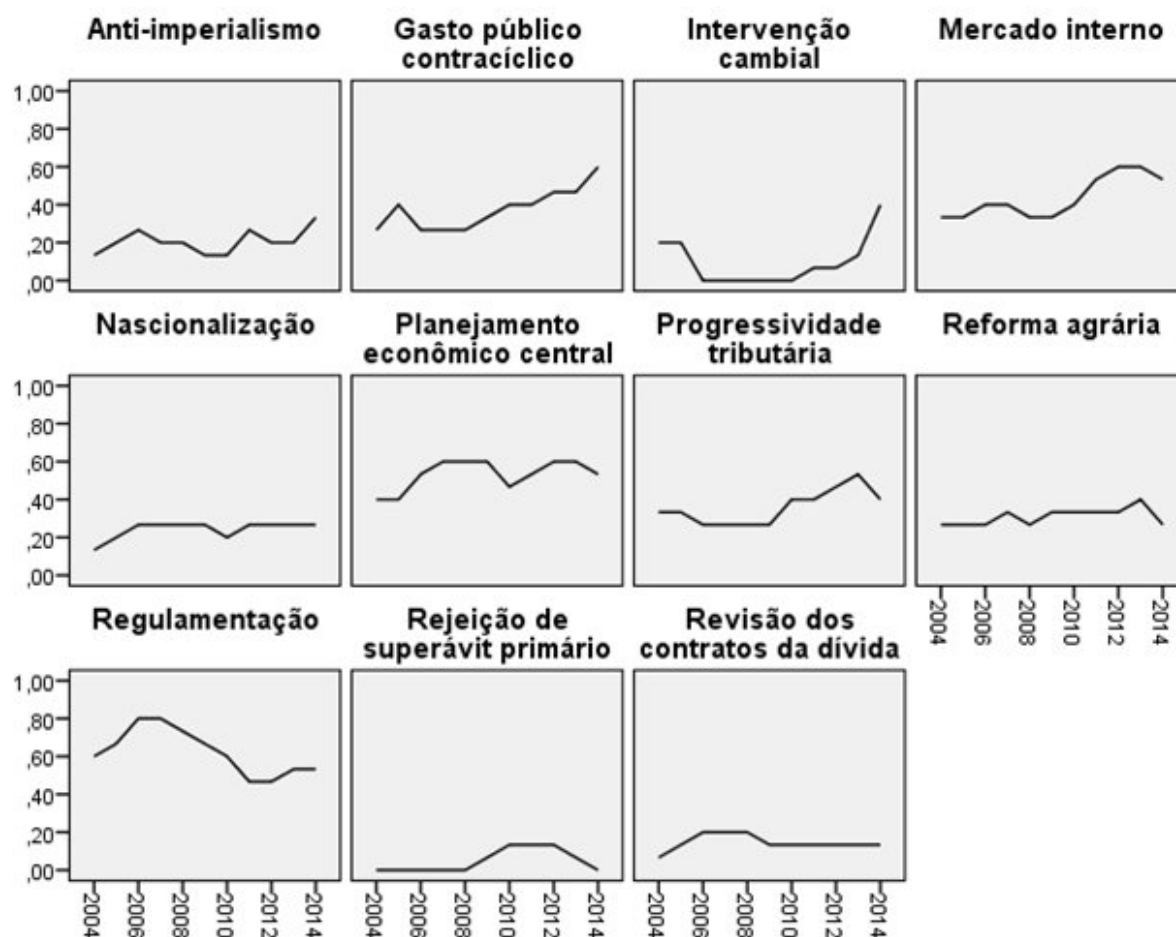
Figura 2 - Consenso de Washington e Pós-Neoliberalismo na América Latina, 15 países, 2004-2014.



Elaboração própria. Fonte: anexo.

Quando tomado em conta o contexto regional de forma integral, percebe-se, de forma mais clara, como os valores associados ao CW são dissociados dos programas vencedores na primeira década do século, enquanto os valores associados ao PN ganham robustez na segunda década. Apesar de não ser tão coeso como os postulados do CW, nota-se a emergência de um conjunto de medidas ao redor do continente. Talvez por não propor soluções únicas para as diversas realidades regionais, as regras do PN adotadas podem ser variadas, e, portanto, se faz interessante esmiuçar esse índice. A figura 3 apresenta como as regras selecionadas no Quadro 1 se apresentam ao longo desses 10 anos nos governos eleitos.

Figura 3 - Regras do Pós-Neoliberalismo em 15 países da América Latina, 2004-2014.



Elaboração própria.

As regras relacionadas ao PN podem ser estratificadas em duas categorias de adesão continental. Apresentam baixa adesão as políticas de Nacionalização, Rejeição de superávit primário, Revisão dos contratos da dívida e a Reforma Agrária – que não também marcaram grandes alterações durante o período selecionado, ao contrário das proposições de Anti-

imperialismo, Gasto público contracíclico e Intervenção cambial, cuja presença no continente foi crescente. Outras políticas foram mais aderidas, como o foco no Mercado Interno, o Planejamento econômico central, Progressividade tributária e a Regulamentação – sendo essa última a mais verificada nos governos selecionados.

5. Conclusões preliminares

A Onda Rosa compreende os governos presidenciais de políticos considerados de esquerda ou progressistas em diferentes países da América-latina entre os anos de 1999 e 2015, em um movimento compreendido no contexto de reação política às reformas neoliberais adotadas no continente no período anterior, vinculado à adoção da proposta de gestão socioeconômica do Consenso de Washington, considerando as heterogeneidades estruturais de cada um desses países do continente, no que se convencionou chamar “Pós-Neoliberalismo”.

Peck, Theodore e Brenner (2012) apontam que o neoliberalismo aspirou um escopo universal, de regras aplicáveis em qualquer contexto. Sua aplicação desigual, em sociedades desiguais, forma um cenário em que, se almejada uma experiência capaz de superar essa estrutura, mais que esperar uma crise autogerida capaz de colapsá-la, talvez seja uma gama igualmente heterogênea de soluções o caminho mais plausível.

Nesse sentido, esta pesquisa investigou o pós-neoliberalismo na política eleitoral latino-americana durante a Onda Rosa, com a hipótese de que é possível encontrar um conjunto de ideias coerente entre as visões programáticas dos presidentes eleitos durante a Onda Rosa. Com este objetivo, desenvolve uma estratégia de análise de conteúdo baseada em medidas antagônicas às regras do Consenso de Washington fazendo uso do BAP, composto pelos documentos programáticos das candidaturas presidenciais lançadas entre 1999 e 2015. em 15 países da América Latina, em um total de 47 eleições, 94 programas de governo eleitorais de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

A pesquisa revela que o pós-neoliberalismo possui uma dimensão programática negativa, de rejeição às medidas associadas ao Consenso de Washington. Mais do que isso, o pós-neoliberalismo também possui uma dimensão programática positiva que se manifesta na difusão de conceitos de gestão socioeconômica relacionados ao neo-desenvolvimentismo, ao buen vivir e ao socialismo do século XXI. O pós-neoliberalismo apresenta uma diversidade

que expressa a pluralidade de experiências nacionais dos países da América Latina em oposição às reformas neoliberais. Enquanto movimento continental, compreendendo as diferentes experiências nacionais, o pós-neoliberalismo pode ser entendido como a difusão de um conjunto coerente de propostas que não só antagonizam o Consenso de Washington, mas apresentam um projeto com destaque na adesão de políticas de Mercado Interno, Planejamento econômico central, Progressividade tributária, Regulamentação e o Gasto Público Contracíclico.

Referências

BAKER, A.; GREENE, K. F. “The Latin American left’s mandate: free market policies and issue voting in new democracies”. *World Politics*, vol. 63, nº 1, p. 43-77, 2011.

DA SILVA, Fabricio Pereira. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista Sures*, n. 5, 2015.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein. “Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores”, in S. M. Lipset (ed.), *Consenso e conflito: ensaios de sociologia política*. Lisboa: Gradiva, 1992, pp. 161-259.

LORA, E.; OLIVEIRA, M. “The electoral consequences of the Washington consensus”. *Economia*, vol. 5, nº 2, p. 1-61, 2015.

MICHELS, Robert. Os partidos políticos. Brasília: UNB, 1982.

OLIVEIRA, A. N. C. “Banco de asserções programáticas: banco de dados”. 2016b.

Disponível em:

<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/20160517bap.2015.xlsx>. Acesso em: mar. 2022.

OLIVEIRA, . A. N. C. de . Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 159–192, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8659541>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos estudos CEBRAP*, p. 59-78, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RODRIK, Dani. “Goodbye Washington Consensus, hello Washington Confusion?”. *Journal of Economic Literature*, 44(4), pp. 973-987, 2006.

SADER, Emir (Ed.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Boitempo Editorial, 2015.

SADER, E.; GENTILI, P. (eds.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

STOKES, S. C. Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America. Cambridge: Cambridge University, 2001.

STOLOWICZ, Beatriz. O “Pós-Neoliberalismo” e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 14 n. 2 p. 189-215, 2020.

WILLIAMSON, John. Democracy and the “Washington Consensus”. *World Development*, v. 21, n. 8, p. 1329-1336, 1993.

Anexo

| País | Ano | Partido | T.CW | T.PN |
|-----------|------|---|------|------|
| Argentina | 1999 | Union Civica Radical | 0,55 | 0,18 |
| Argentina | 2003 | Frente para la Victoria | 0,27 | 0,45 |
| Argentina | 2007 | Frente para la Victoria | 0,09 | 0,36 |
| Argentina | 2011 | Frente para la Victoria | 0,00 | 0,36 |
| Argentina | 2015 | Propuesta Republicana | 0,18 | 0,09 |
| Bolivia | 2002 | Movimiento Nacionalista Revolucionario | 0,18 | 0,27 |
| Bolivia | 2005 | Movimiento al Socialismo-Instrumento Politico por la Soberania de los Pueblos | 0,27 | 0,82 |
| Bolivia | 2009 | Movimiento al Socialismo-Instrumento Politico por la Soberania de los Pueblos | 0,18 | 0,55 |
| Bolivia | 2014 | Movimiento al Socialismo-Instrumento Politico por la Soberania de los Pueblos | 0,09 | 0,55 |
| Brasil | 1998 | Partido da Social Democracia Brasileira | 0,73 | 0,45 |
| Brasil | 2002 | Partido dos Trabalhadores | 0,64 | 0,73 |
| Brasil | 2006 | Partido dos Trabalhadores | 0,36 | 0,45 |
| Brasil | 2010 | Partido dos Trabalhadores | 0,27 | 0,27 |
| Brasil | 2014 | Partido dos Trabalhadores | 0,18 | 0,55 |

| | | | | |
|-------------|------|--|------|------|
| Chile | 1994 | Partido Democrata Cristiano | 0,64 | 0,18 |
| Chile | 1999 | Partido por la Democracia | 0,45 | 0,27 |
| Chile | 2005 | Partido Socialista de Chile | 0,55 | 0,27 |
| Chile | 2009 | Renovacion Nacional | 0,91 | 0,18 |
| Chile | 2013 | Partido Socialista de Chile | 0,45 | 0,45 |
| Colombia | 1998 | Partido Conservador Colombiano | 0,45 | 0,36 |
| Colombia | 2002 | Primero Colombia | 0,36 | 0,18 |
| Colombia | 2006 | Primero Colombia | 0,55 | 0,00 |
| Colombia | 2010 | Partido Social de Unidad Nacional | 0,36 | 0,09 |
| Colombia | 2014 | Partido Social de Unidad Nacional | 0,18 | 0,18 |
| Costa Rica | 2002 | Partido Unidad Social Cristiana | 0,82 | 0,00 |
| Costa Rica | 2006 | Partido Liberacion Nacional | 0,18 | 0,18 |
| Costa Rica | 2010 | Partido Liberacion Nacional | 0,45 | 0,36 |
| Costa Rica | 2014 | Partido Accion Ciudadana | 0,36 | 0,27 |
| El Salvador | 2004 | Alianza Republicana Nacionalista | 0,55 | 0,09 |
| El Salvador | 2009 | Frente Farabundo Marti para la Liberacion Nacional | 0,45 | 0,64 |
| El Salvador | 2014 | Frente Farabundo Marti para la Liberacion Nacional | 0,64 | 0,36 |
| Equador | 2002 | Partido Sociedad Patriotica 21 de Enero | 0,73 | 0,09 |
| Equador | 2006 | Movimiento Alianza PAIS - Patria Altiva i Soberana | 0 | 0,64 |
| Equador | 2009 | Movimiento Alianza PAIS - Patria Altiva i Soberana | 0,27 | 0,82 |
| Equador | 2013 | Movimiento Alianza PAIS - Patria Altiva i Soberana | 0,18 | 0,82 |
| Guatemala | 2003 | Gran Alianza Nacional | 0,45 | 0,09 |
| Guatemala | 2007 | Unidad Nacional de la Esperanza | 0,64 | 0,27 |
| Guatemala | 2011 | Partido Patriota | 0,73 | 0 |
| Mexico | 2000 | Partido Accion Nacional | 0,64 | 0 |
| Mexico | 2006 | Partido Accion Nacional | 0,64 | 0,09 |
| Mexico | 2012 | Partido Revolucionario Institucional | 0,36 | 0,36 |
| Panama | 2004 | Partido Revolucionario Democratico | 0,27 | 0,36 |
| Panama | 2009 | Cambio Democratico | 0,18 | 0 |
| Panama | 2014 | Partido Panamenista | 0,45 | 0,27 |
| Peru | 2001 | Peru Posible | 0,45 | 0,09 |
| Peru | 2006 | Accion Popular | 0,55 | 0,09 |
| Peru | 2011 | Partido Nacionalista Peruano | 0,64 | 0,82 |

| | | | | |
|----------------------|------|---------------------------------------|------|------|
| Republica Dominicana | 2004 | Partido de la Liberacion Dominicana | 0,82 | 0,27 |
| Republica Dominicana | 2008 | Partido de la Liberacion Dominicana | 0,55 | 0 |
| Republica Dominicana | 2012 | Partido de la Liberacion Dominicana | 0,45 | 0,09 |
| Uruguay | 1999 | Partido Colorado | 0,55 | 0,09 |
| Uruguay | 2004 | Frente Amplio | 0,36 | 0,27 |
| Uruguay | 2009 | Frente Amplio | 0,27 | 0,27 |
| Uruguay | 2014 | Frente Amplio | 0,36 | 0,09 |
| Venezuela | 1998 | Movimiento V Republica | 0,45 | 0,64 |
| Venezuela | 2000 | Movimiento V Republica | 0,55 | 0,55 |
| Venezuela | 2006 | Movimiento V Republica | 0,09 | 0,36 |
| Venezuela | 2012 | Partido Socialista Unido de Venezuela | 0 | 0,27 |
| Venezuela | 2013 | Partido Socialista Unido de Venezuela | 0 | 0,27 |